- b) Adotar medidas tendentes à criação nas bibliotecas municipais de serviços de apoio técnico documental às bibliotecas escolares;
- c) Participar na formação contínua dos profissionais das bibliotecas escolares;
- d) Reforçar, no âmbito das bibliotecas municipais, as tecnologias de informação, enquanto instrumento privilegiado de acesso ao conhecimento para crianças e jovens, sobretudo os provenientes de zonas mais isoladas;
- e) Disponibilizar os recursos humanos e materiais adequados ao programa, no âmbito das suas atribuições legais, nomeadamente no que respeita às escolas do 1.º ciclo do ensino básico.

Cláusula 6.ª

Os custos de instalação e apetrechamento são suportados nos seguintes termos:

6.1 — A DREAlg suportará os custos das obras, mobiliário e equipamento da Escola Básica Integrada de Aljezur, no valor global de € 2500;

6.2 — Os custos de aquisição dos fundos documentais da Escola Básica Integrada de Aljezur, no valor global de € 4000, serão suportados por verbas a atribuir directamente à Escola, através de reforço ao respectivo orçamento, atribuído pelo Gabinete de Gestão Financeira.

14 de Janeiro de 2005. — Pela Direcção Regional de Educação do Algarve, o Director Regional, *J. Libório Correia*. — Pela Câmara Municipal de Aljezur, o Presidente da Câmara, *Manuel Marreiros*. — Pela Escola Básica Integrada de Aljezur, a Presidente do Conselho Executivo, *Maria da Piedade Freire*.

Homologo.

A Ministra da Educação, *Maria do Carmo Félix da Costa Seabra*.

Acordo n.º 58/2005. — *Acordo de colaboração.* — 1 — A criação de uma rede de bibliotecas escolares, entendidas como unidades orgânicas das escolas, constitui uma medida essencial de política educativa, tendo em atenção que desempenham um papel fundamental nos domínios da leitura e literacia, no desenvolvimento de competências de informação, bem como no aprofundamento da cultura científica, tecnológica e artística.

2 — A eficácia e consistência de um projecto que visa estabelecer novas formas de relação com o saber, indutoras de mudanças qualitativas no espaço escolar, reclama a adesão e o desenvolvimento de professores, alunos e encarregados de educação, devendo, por isso, o seu lançamento ser assumido pelas escolas que serão responsáveis por todo o processo de criação e de gestão.

3 — A transformação e desenvolvimento das bibliotecas escolares, e sua ligação em rede, deve constituir um processo aberto a um número indeterminado de soluções e caminhos, com ritmos e etapas diversos e que, embora estimulado e sustentado do exterior, permita as margens de ajustamento necessárias a que professores e alunos dele se apropriem de acordo com as condições e dinâmicas específicas.

4 — A gestão da educação, sendo uma questão da sociedade, implica não só a descentralização de competências como a valorização da inovação local, pelo que importa descentralizar as políticas educativas e transferir competências para os órgãos de poder local, tornando as câmaras municipais parceiras naturais e imprescindíveis.

Nestes termos, a Direcção Regional de Educação do Algarve (DREAlg), representada pelo respectivo director regional, a Câmara Municipal de Vila do Bispo, representada pelo respectivo presidente, a Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos de São Vicente — Vila do Bispo, representada pelo respectivo presidente do conselho executivo, ao abrigo dos artigos 17.º e 20.º do Decreto-Lei n.º 384/87, de 24 de Dezembro, e tendo presente as orientações contidas nos despachos conjuntos n.ºs 43/ME/MC/95, de 29 de Dezembro, e 5 /ME/MC/96, de 9 de Janeiro, celebram entre si o presente acordo de colaboração, nos seguintes termos:

Cláusula 1.ª

Constitui objecto do presente acordo de colaboração o lançamento de uma rede de bibliotecas escolares no concelho de Vila do Bispo.

Cláusula 2.ª

2.1 — A biblioteca escolar funciona como núcleo da organização pedagógica da Escola, constituindo recurso pedagógico afecto ao desenvolvimento das actividades de ensino, actividades curriculares não lectivas e actividades de ocupação de tempos livres e lúdicas.

2.2 — A biblioteca escolar integra os espaços e equipamentos onde são recolhidos, tratados e disponibilizados todos os tipos de documentos, qualquer que seja a sua natureza e suporte.

Cláusula 3.ª

A DREAlg compromete-se a:

- a) Disponibilizar recursos, de forma gradual e na sequência de proposta devidamente fundamentada dos órgãos de gestão da Escola, para comparticipação nos encargos relativos à construção ou adaptação de espaços especializados destinados à instalação da biblioteca, bem como à aquisição de equipamento e à constituição ou à actualização de um fundo documental;
- b) Adotar as providências administrativas e outras necessárias à existência de recursos humanos nas bibliotecas, através da constituição de uma equipa educativa com competências no domínio da animação pedagógica, da gestão de projectos, da gestão de informação e das ciências documentais e constituída por um professor responsável pela biblioteca, outros professores e pessoal não docente com formação adequada;
- c) Assegurar a formação especializada do professor responsável pela biblioteca escolar;
- d) Assegurar a formação necessária a pessoal não docente da Escola para o desempenho das tarefas equiparadas às de técnico-adjunto de biblioteca e documentação;
- e) Assegurar orientações técnicas e de coordenação, no quadro de referência do citado relatório síntese, com vista a que as bibliotecas das escolas se constituem em rede;
- f) Desenvolver a rede de bibliotecas escolares num quadro de cooperação com a rede de leitura pública apoiada pelo Ministério da Cultura.

Cláusula 4.ª

As escolas comprometem-se a:

- a) Disponibilizar o espaço adequado à instalação da biblioteca em termos de utilização exclusiva;
- b) Assegurar as condições internas que permitam a constituição da equipa educativa a que fica cometida a gestão da biblioteca, designadamente indicando o seu coordenador, com funções de professor responsável pela biblioteca, ou, no caso do 1.º ciclo, assegurar condições equivalentes às enunciadas nesta alínea com as adaptações necessárias em função da sua dimensão e das características da rede escolar, ao nível local;
- c) Nomear, para desempenhar as funções de responsável da biblioteca escolar, um professor profissionalizado que esteja disponível para frequentar o respectivo curso de formação especializada e para garantir as condições de continuidade do projecto que forem acordadas com a direcção da Escola;
- d) Definir um plano de desenvolvimento que tenha como referência os princípios e orientações contidos nas bases das bibliotecas escolares que constam do relatório síntese elaborado ao abrigo dos citados despachos conjuntos;
- e) Desenvolver as acções e iniciativas necessárias para que a biblioteca possa atingir, de forma gradual, os objectivos que forem definidos para o desenvolvimento da rede de bibliotecas escolares, no que respeita a instalações, equipamento, recursos humanos e fundo documental;
- f) Fornecer os elementos informativos necessários à constituição de um banco de dados de bibliotecas escolares e participar na avaliação do programa.

Cláusula 5.ª

A Câmara Municipal compromete-se a:

- a) Dotar as bibliotecas municipais com os meios necessários à sua articulação com as bibliotecas escolares da respectiva área geográfica, de forma a complementar e potenciar os recursos documentais a nível local;
- b) Adotar medidas tendentes à criação nas bibliotecas municipais de serviços de apoio técnico documental às bibliotecas escolares;
- c) Participar na formação contínua dos profissionais das bibliotecas escolares;
- d) Reforçar, no âmbito das bibliotecas municipais, as tecnologias de informação, enquanto instrumento privilegiado de acesso ao conhecimento para crianças e jovens, sobretudo os provenientes de zonas mais isoladas;
- e) Disponibilizar os recursos humanos e materiais adequados ao programa, no âmbito das suas atribuições legais, nomeadamente no que respeita às escolas do 1.º ciclo do ensino básico.

Cláusula 6.ª

Os custos de instalação e apetrechamento são suportados nos seguintes termos:

6.1 — A DREAlg suportará os custos das obras, mobiliário e equipamento da Escola EB 2, 3 São Vicente — Vila do Bispo, no valor global de € 13 500;

6.2 — Os custos de aquisição dos fundos documentais da Escola EB 2, 3 São Vicente — Vila do Bispo, no valor global de € 3 500, serão suportados por verbas a atribuir directamente à Escola, através de reforço ao respectivo orçamento, atribuído pelo Gabinete de Gestão Financeira.

14 de Janeiro de 2005. — Pela Direcção Regional de Educação do Algarve, o Director Regional, *J. Libório Correia*. — Pela Câmara Municipal de Vila do Bispo, o Presidente da Câmara, *Gilberto dos Reis Viegas*. — Pela EB 2, 3 São Vicente — Vila do Bispo, o Presidente do Conselho Executivo, *Ilídio José Dias*.

Homologo.

A Ministra da Educação, *Maria do Carmo Félix da Costa Seabra*.

Agrupamento de Escolas Albufeira Poente

Aviso n.º 2071/2005 (2.ª série). — Dando cumprimento ao disposto no n.º 1 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixada na sala de funcionários e na entrada dos serviços administrativos da escola sede do Agrupamento de Escolas Albufeira Poente a lista de antiguidade do pessoal não docente com referência a 31 de Dezembro de 2004.

Os funcionários dispõem de 30 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República* para reclamação ao dirigente máximo do serviço.

3 de Fevereiro de 2005. — O Presidente do Conselho Executivo, *Domingos Augusto Ramos Mendes*.

Agrupamento Vertical de Escolas 2, 3 João da Rosa

Aviso n.º 2072/2005 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 59.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, torna-se público que se encontra afixada para consulta junto dos serviços de administração escolar a lista de antiguidade do pessoal não docente deste Agrupamento Vertical de Escolas reportada a 31 de Dezembro de 2004.

Os funcionários dispõem de 30 dias a contar da data de publicação deste aviso no *Diário da República* para reclamação, nos termos do artigo 96.º do citado diploma.

7 de Fevereiro de 2005. — O Presidente do Conselho Executivo, *António Humberto Camacho Santos*.

Escola Secundária de Pinheiro e Rosa

Aviso n.º 2073/2005 (2.ª série). — Em cumprimento do n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixada a lista de antiguidade do pessoal não docente que pertence a esta Escola reportada a 31 de Dezembro de 2004.

Os funcionários dispõem de 30 dias após a publicação deste aviso para reclamação ao dirigente máximo do serviço.

2 de Fevereiro de 2005. — O Presidente do Conselho Executivo, *Rogério Conceição Bacalhau Coelho*.

Direcção Regional de Educação do Centro

Despacho n.º 4458/2005 (2.ª série). — Nos termos do disposto nos n.ºs 3 e 5 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, conjugados com o n.º 14 da Portaria n.º 613/2004, de 3 de Junho, e no despacho n.º 564/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 6, de 10 de Janeiro de 2005, e após cumpridas todas as formalidades do respectivo procedimento, nomeio, em comissão de serviço, pelo período de três anos, chefe de divisão de Gestão Orçamental e Financeira, da Direcção Regional de Educação do Centro, *Maria Margarida Pereira da Costa do Nascimento Costa*, por ter ficado demonstrado, após análise do seu currículo, ser detentora de habilitações académicas e licenciatura adequadas às exigências do cargo, bem como de experiência na área, que provam ter os requisitos para o desempenho do referido cargo.

1 de Fevereiro de 2005. — A Directora Regional, (*Assinatura ilegível*.)

Curriculum académico e profissional

Habilitações académicas:

Licenciatura em Matemática Aplicada (ramo científico de Estatística), Outubro de 1977, com a média final de 15 valores; tese de licenciatura — «Estimador do máximo de verosimilhança e do máximo de probabilidade»;

Pós-graduação — preparação e iniciação de mestrado na área de Investigação Operacional na Universidade de Witwatersrand, Joanesburgo, República da África do Sul.

Carreira docente universitária:

Monitora da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (de Dezembro de 1976 a Dezembro de 1977); Assistente eventual da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (de Janeiro de 1978 a Dezembro de 1980); Assistente da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (de Janeiro de 1980 a Maio de 1986); Assistente convidada da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (Outubro de 1987).

Carreira técnica:

Integrada no quadro de efectivos interdepartamentais do Ministério da Educação em Junho 1986 na categoria de técnico superior de 1.ª classe;

Ao abrigo do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 334/88, de 27 de Setembro, é considerada técnica superior de 1.ª classe desde 2 de Janeiro de 1980;

Destacada na Faculdade de Economia da universidade onde exerceu funções inerentes à carreira técnica superior (de Junho de 1986 a Setembro de 1987);

Destacada na Direcção Regional de Educação do Centro desde Setembro de 1987 até à data de integração no quadro único do Ministério da Educação;

Integrada no quadro único do pessoal dos organismos e serviços centrais e regionais do Ministério da Educação na categoria de técnico superior de 1.ª classe em Agosto de 1990;

Nomeada definitivamente técnica superior principal da carreira técnica superior em Julho de 2000;

Nomeada definitivamente assessora da carreira técnica superior em Dezembro de 2003.

Actividades exercidas na carreira técnica superior:

Exerce funções na Direcção Regional de Educação do Centro desde Setembro de 1987, nomeadamente no âmbito do PIDDAC, do PRODEP, da gestão orçamental e financeira e do planeamento da rede escolar;

Coordenadora do Gabinete de Ensino Particular e Cooperativo da DREC desde Dezembro de 2001.

Despacho n.º 4459/2005 (2.ª série). — De acordo com o n.º 2 do artigo 6.º e dos n.ºs 2 e 5 do artigo 9.º, ambos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e com o Decreto Regulamentar n.º 10/2004, de 28 de Abril, conjugados com o despacho n.º 24 983/2004 (2.ª série), do Secretário de Estado da Adjunto e da Administração Educativa, de 15 de Novembro, publicado no *Diário da República*, de 3 de Dezembro de 2004, e com o despacho n.º 23 222/2004 (2.ª série), do Secretário de Estado da Educação, de 26 de Outubro, publicado no *Diário da República*, de 12 de Novembro de 2004, e tendo em consideração o disposto nos artigos 35.º a 41.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Novembro, deogo e subdeogo no director regional-adjunto, engenheiro Carlos Alberto Oliveira Henriques, competência para, de acordo com as orientações definidas, praticar os seguintes actos:

1 — Autorizar a escolha do tipo de procedimento, de que de concurso, nos termos do artigo 79.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, e do artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, na sua actual redacção, e praticar todos os actos inerentes à abertura e desenvolvimento dos processos de concursos de empreitadas de obras públicas e de fornecimentos e aquisições de bens e serviços, neles compreendidos os relativos à acção social escolar, incluindo autorizar as despesas inerentes, quando as bases de licitação não ultrapassem € 1 000 000 e quando tais concursos estejam previstos em planos de investimentos ou de actividades previamente aprovados.

2 — Autorizar a escolha do tipo de procedimento, nos termos do artigo 79.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, e do artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, na sua actual redacção, e praticar todos os actos inerentes à abertura e desenvolvimento dos processos respectivos de empreitadas de obras públicas e de fornecimentos e aquisições de bens e serviços, neles compreendidos os relativos à acção social escolar, incluindo autorizar as despesas inerentes, quando estas não ultrapassem € 250 000.